

José Carlos quer esclarecer pontos que considera obscuros e evitar impunidades, mas também pede doc

José Carlos pede à CPI para ser ouvido de novo

1 * JAN 1994

CORREIO BRAZILEIRO

Orçamento

Carlos MacArthur

O economista José Carlos Alves dos Santos, preso na superintendência da Polícia Federal em Brasília, enviou quinta-feira um requerimento ao presidente da CPI do



Orçamento, senador Jarbas Passarinho, pedindo para ser ouvido novamente. A justificativa do ex-diretor do Departamento de Orçamento da União e ex-assessor da Comissão de Orçamento do Congresso é esclarecer alguns pontos ainda obscuros na apuração dos fatos e que, segundo ele, estão deixando "escapar impunes" parlamentares profundamente envolvidos no desvio de verbas.

No requerimento, escrito a mão, José Carlos pede ainda uma cópia do bilhete manuscrito pelo ex-ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza (PFL-PF). O bilhete determinava que o economista ado-

tasse alguns procedimentos pertinentes com relação ao orçamento que já havia sido aprovado pelo Congresso. Na solicitação, José Carlos esclarece que não tem nenhuma outra intenção a não ser a de colaborar e auxiliar no resgate da credibilidade do Poder Legislativo. Para ele, tendo em vista as notícias divulgadas pelo noticiário, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito estaria tendo algumas dificuldades para entender o mecanismo de funcionamento da Comissão de Orçamento.

Ao finalizar o requerimento, caso o pedido seja aceito, José Carlos solicita que o depoimento seja tomado nas dependências da Polícia Federal, em caráter reservado, por uma subcomissão, mas com a condição de que seja gravado. Assim, o economista espera evitar interpretações errôneas sobre as novas declarações.

Defesa — Em outro requerimento, também manuscrito e entregue pelos advogados Adahil Pereira da Silva e Joaquim Alves Bastos, o economista pede uma série de documentos para serem usados pelos advogados na defesa dele durante o julgamento no Tribunal de Júri. José Carlos quer uma certidão da CPI de que entregou de livre e espontânea von-

tade 900 mil dólares e identificou o local onde o dinheiro estava escondido em sua residência no Lago Norte, além de fornecer a indicação das contas bancárias mantidas no exterior.

Também para a defesa, o economista solicitou uma cópia autenticada pela própria CPI da agenda do deputado João Alves (sem partido-BA) apreendida durante uma operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal, onde existem referências sobre o caso Ana Elisabeth. Outra cópia, também autenticada pela CPI, requisitada por José Carlos é a de uma carta encaminhada para a própria comissão com a assinatura do economista falsificada. Por fim, uma cópia autenticada da relação apreendida também no apartamento do deputado João Alves, semelhante à que foi encaminhada para a CPI, e que também tem uma assinatura falsificada do economista.

Além de todos estes documentos para serem usados na defesa, José Carlos pediu ao senador a devolução de documentos pessoais e particulares (como fotos), que estão de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito mas que não têm nenhuma serventia para as investigações em curso.